

RESENHA: SARTORI, Carlos Augusto; GALLINA, Albertino Luiz (Orgs.). **Ensaio de epistemologia contemporânea.** Ijuí: Unijuí, 2010, p. 280.

Adilson Koslowski¹

A obra é um conjunto de ensaios, como diz o próprio título, acerca da Epistemologia contemporânea ou Teoria do conhecimento. Os *Ensaio*s foram organizados pelos filósofos Carlos Augusto Sartori e Albertinho Luiz Gallina. Ambos os organizadores também participaram com seus ensaios na coletânea.

Alguns aspectos gerais da obra que destaco são: os ensaios são elaborados dentro da tradição analítica; vários autores tiveram seu mestrado e/ou doutorado sobre a orientação do filósofo Cláudio Almeida, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); os quatorze ensaios não obedecem, aparentemente, a qualquer ordem sistemática e histórica, portanto, podem ser lidos independentes um dos outros; os ensaios, em sua grande maioria são dedicados ao tema da justificação epistêmica, um dos problemas centrais da Epistemologia.

Os organizadores afirmam na *Apresentação* estarem conscientes de que os ensaios são limitados a algumas áreas da Epistemologia. De fato, áreas mais recentemente, por exemplo, sobre as fontes do conhecimento (testemunho, memória, intuição), o valor do conhecimento, o desacordo não são temas contemplados. Em compensação, o tema da justificação é bastante explorado, cujo volume reúne vários e bons ensaios em torno do assunto.

Podemos organizar os *Ensaio*s a partir de temas. Em torno do tema da natureza da justificação temos: *A justificação do conhecimento: duas perspectivas internalistas* (Albertino Luiz Gallina); *Deontologismo: o argumento do involuntarismo doxástico* (Felipe de Matos Muller). Acerca do tema da estrutura do conhecimento e justificação temos: *Sobre a viabilidade do fundacionismo moderado* (Carlos Augusto Sartori); *Fundacionismo clássico e fundacionismo neoclássico* (Kátia Martins Etcheverry); *Sobre crenças, justificação e aceitabilidade: funderentismo e falibilismo* (Remi Schorn); *Coerentismo e “trustworthiness” em Keith Lehrer* (Rogel Esteves de Oliveira); *Diferentes abordagens sobre o contextualismo epistemológico* (Tiegue Vieira Rodrigues) e *Infinitismo e justificação epistêmica* (Tito Alencar Flores). Sobre a natureza do conhecimento temos: *Episteme e logos no Teeteto de Platão* (José Lourenço Pereira da Silva). Acerca dos limites do conhecimento e da justificação temos: *Ceticismo: justificação e fechamento* (Alexandre Meyer Luz). Por fim, temos os

¹ DFL/UFS. Email: kadilson@ibest.com.br

ensaios que possuem uma temática *fuzzy* entre justificação, fontes do conhecimento, filosofia da ciência e naturalismo: *Indução como inferência à melhor explicação* (Alexandre Luís Junges); *Figuras ambíguas e a distinção entre ver e ver como* (Eros Moreira de Carvalho); *O positivismo lógico e o projeto de uma epistemologia exata* (Luiz Henrique de Araújo Dutra) e *Matemática e conhecimento no Tractatus logico-philosophicus* (Rogério Saucedo Correa).

Os ensaios em torno da natureza da justificação, Gallina traça o desenvolvimento do internalismo de suas origens no racionalismo de Platão, passando por Descartes, Chisholm, Fumerton e Bonjour. Mostra como os epistemólogos recentes lidam com os problemas advindos do cartesianismo e como buscam superá-los. Muller lida com as dificuldades do deontologismo epistêmico. A dificuldade advém do argumento do involuntarismo doxástico (AID) proposto por Alston e Plantinga. O AID sustenta que as pessoas não têm deveres se não possuem controle. Uma vez que as pessoas não têm controle sobre suas crenças, portanto, elas não têm deveres epistêmicos. Muller apresenta argumentos que pretendem salvar certo tipo de deontologismo e para isso se serve das estratégias de M. Steup.

Acerca da temática da estrutura e justificação do conhecimento, o ensaio de Sartori sustenta os limites do fundacionismo clássico e a possibilidade de defender-se um fundacionismo moderado. Uma das exigências é eliminar alguns dos erros do fundacionismo cartesiano e as exigências de infalibilidade, indubitabilidade, autoevidência das crenças básicas e a dedutibilidade como a única forma de inferência entre crenças básicas e não básicas. Contudo, mesmo não compactuando com a noção de infalibilismo tradicional, Etcheverry mostra que filósofos como Fumerton, Bonjour e McGrew defendem um fundacionismo neoclássico em que as crenças básicas são infalíveis. Schorn aborda as críticas de Haack em relação ao falibilismo popperiano e a leitura de Watkins. Argumenta criticamente algumas interpretações de Haack sobre a teoria de Popper/Watkins e sustenta que o pretendido “xeque-mate” da filósofa não é “mate”. Oliveira pretende esclarecer e analisar criticamente a noção de “trustworthiness” (fidedignidade) e as linhas gerais da epistemologia de Keith Lehrer. Segundo Lehrer “conhecimento [é] reduzido à justificação irrefutável ou não-derrotada” (p. 215). A noção de “trustworthiness” seria a disposição para agir de modo “responsável” e “virtuoso” na meta de buscar a verdade e evitar o erro, em suma, a “virtude intelectual” (p. 215). Rodrigues aborda as teorias da justificação, cujas atribuições de conhecimento dependem do contexto. Resume as origens (Drestke, Nozick) e os tipos de contextualismo: do atribuidor (Cohen) e do sujeito (Williams, Greco) e algumas críticas dirigidas a essas teorias contextualistas. A última teoria da justificação apresentada no livro e o último ensaio é o infinitismo de Peter Klein. Nesse ensaio, Flores apresenta o infinitismo como uma resposta ao trilema de Agrippa. Ele chama a atenção para evitar confundir e reduzir o problema da justificação ao problema do regresso. O argumento do regresso, cujas

origens estão na obra de Aristóteles (*Analíticos Posteriores*) é um dos clássicos argumentos a favor do fundacionismo. Outro aspecto fundamental é a distinção entre a justificação proposicional e a justificação doxástica. O infinitismo apenas exige que possa existir subjetiva e objetivamente disponíveis para S um conjunto infinito de proposições. O infinitismo não exige que S tenha que crer em um infinito número de proposições. A aceitação ou recuso do infinitismo passa pelo aceite dos princípios de evitar a circularidade (PEC) e o princípio de evitar a arbitrariedade (PEA). Se os princípios forem verdadeiros temos fortes razões para aceitar o infinitismo.

Em seu erudito ensaio sobre a *episteme* e *logos* no *Teeteto*, Silva estabelece elos entre a definição platônica e a definição tripartite como concebida pela Filosofia Analítica. Porém, o problema é a relação entre *episteme* e *logos* no *Teeteto*. A tese do autor é que não existe uma contradição entre *episteme* e *logos*, contudo uma tensão. O *logos* é uma condição apenas necessária, mas não suficiente. O conhecimento platônico tem uma dimensão que transcende o *logos* e está presente num tipo de intuição intelectual das Formas inteligíveis. Nesse mundo, ficamos restritos ao conhecimento doxástico (justificação parcial). O conhecimento do todo é possível apenas para um intelecto infinito. Isso está além das possibilidades da linguagem, do *logos*. O *logos* apenas indica, mas não pode dizer a Realidade. Se essa interpretação for correta, é estabelecida uma ponte entre a antiga definição tripartite platônica e a contemporânea, vínculo negado por vários historiadores.

Meyer Luz, em seu ensaio sobre *Ceticismo: justificação e fechamento*, sustenta que podemos apresentar as dúvidas céticas de um modo mais legítimo e relevante. O modo é através do Argumento Cético Geral (ACG): “1. Se um sujeito S sabe P, então ele sabe que Q não é o caso; 2. S aceita que não está em condições de saber que Q não é o caso; 3. Portanto, S aceita que ele não sabe que P” (p. 54). O autor analisa as duas premissas do argumento. Afirma que a segunda premissa foi abundantemente analisada pela tradição filosófica, contudo a primeira foi em boa parte negligenciada. A primeira premissa do ACG pressupõe um clássico princípio epistêmico: o princípio do fechamento. *Grosso modo*, se S sabe P e P implica Q, então S sabe também Q. O autor analisa as posições de Dretske e Klein sobre o princípio e argumenta que não é viável eliminar todas as interpretações do princípio. O autor sustenta: esse princípio é fundamental para uma adequada teoria do conhecimento. Porém, a pressuposição de ACG de que S nunca dispõe de justificação adequada para Q, ela própria, não dispõe de base adequada.

Acerca dos ensaios *fuzzy*. Junges em *Indução como inferência à melhor explicação* defende a IME (Inferência da melhor explicação) ou abdução das interpretações antirrealistas. A IME é muito utilizada no dia-a-dia, bem como nas ciências. O autor tem como interlocutores P. Lipton, R. Boyd e S. Psillos. Ambos sustentam uma visão realista da

IME, diferente do crítico Bas van Fraassen. Fraassen argumenta que a justificação de uma hipótese científica está restrita às evidências e à adequação empírica. O cerne do problema é que a IME é, segundo os críticos não realistas, nem sempre virtuosamente epistêmica, mas age algumas vezes apenas pragmaticamente. Eros discute a respeito da relação entre experiência perceptiva e a influência cognitiva. Ele argumenta, apoiado nos resultados advindos da Psicologia Cognitiva e da teoria da percepção de Pylyshyn, a seguinte tese: a percepção não é contaminada pelas crenças do sujeito observador. Tese contrária às versões difundidas após a *Received view*. Um dos argumentos é que S não tem controle sobre suas percepções. Mesmo que S saiba as razões de ver algo como ilusório, S não consegue alterar suas percepções. Portanto, as percepções são involuntárias. As percepções que mais desafiam a tese do autor são as chamadas figuras ambíguas, como a do pato-coelho. Baseando-se nos experimentos de Einhäuser, Martin e Köning a conclusão é “as alterações perceptivas estavam consistentemente associadas a diferentes posições do olho” (p. 107). Portanto, as diferentes interpretações da percepção são provavelmente pré ou pós-perceptiva e não acontecem durante a percepção. Dutra, em seu ensaio sobre o projeto de uma epistemologia positiva exata, chama a atenção para duas características desse projeto: o anti-mentalismo (Locke, Hume e Kant) e o caráter histórico da Filosofia da Ciência do séc. XIX (Comte e Hegel). Para analisar esse projeto, Dutra escolhe a famosa obra de Carnap, a *Aufbau*, como a melhor modelo. O *fundacionismo formal* (qualquer objeto pode ser a base da justificação) de Carnap justifica o conhecimento na possibilidade de reduzir objetos de níveis mais altos (físicos, heteropsicológicos e culturais) ao mais baixo. Primeiramente, Carnap escolheu o nível básico os objetos autopsicológicos, porém, mais tarde, alterou para os objetos físicos. Um dos problemas do projeto é que alguns objetos são intencionais, por exemplo, os psíquicos e os culturais. Os objetos intencionais são os estados mentais intencionais que são expressos pelas atitudes proposicionais. Parece difícil eliminar a intencionalidade das ciências humanas. Carnap não tinha os recentes recursos advindos através dos trabalhos de Davidson, Dennett, Rachlin. Outro problema do projeto são as definições extensionais. A ciência não lida apenas com definições extensionais, mas também com as intencionais. Essas necessidades solaparam o projeto positivista nos moldes de Carnap. O fracasso desse projeto se deu fundamentalmente, segundo o autor, por não ser adaptado à ciência real e foi substituída por teorias como a de Thomas Kuhn. O último ensaio desse tipo é de Correa. Ele aborda o conhecimento do significado das proposições matemáticas no *Tractatus* de Wittgenstein. Segundo Correa, o debate em torno da natureza das proposições matemáticas é: a posição representada por Frascolla (as equações são contrassensos - *Unssin*) e de Kremer (as proposições são sem sentido, possuem a mesma natureza das tautologias - *Sinnlos*). Correa sustenta que ambas as teses (Kremer e Frascolla) são falsas. Ele concebe que a

identidade das equações matemáticas são operações e a matemática é um conhecimento por habilidade.

A maioria dos ensaios do livro é recomendável para estudantes de graduação como complementação das aulas e das leituras de Epistemologia. Outros ensaios são mais exigentes e pedem algum conhecimento prévio, portanto mais recomendáveis a estudantes de pós-graduação.